

TRABALHADORES IMIGRANTES E EX-ESCRAVOS: A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA EM UBERABINHA/MG (1888-1915)

Antônio de Pádua Bosi

Universidade do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir a formação da classe trabalhadora durante o período de 1888 a 1915 a partir do exame das experiências de trabalho de ex-escravos e de imigrantes de Uberabinha/MG. Tendo inicialmente identificar e examinar os modos de viver desses dois grupos de trabalhadores indagando sobre suas estratégias de organização para, em seguida, avaliar até que ponto eles formaram uma percepção comum sobre o mundo em que viviam. Os pontos considerados centrais para essa análise são: o trabalho que cada um desses grupos exercia, a ação do Estado sobre eles e, em alguma medida, a visão que eles tinham sobre si mesmos.

Palavras-chave: República Velha – Classe Trabalhadora – Uberlândia – Trabalho.

Abstract*

The objective of this article is to discuss the constitution of the working class of Uberabinha/MG in the period from 1888 to 1915 starting from the exam of the experiences of “freed slaves work” and of immigrants. I try initially to identify and to examine the manners of living of those two groups of workers investigating on their organization strategies for, soon afterwards, to evaluate to what extent they formed a common perception on the world in that they lived. The points considered central for that analysis they are: the work that each one of those groups exercised, the action of the State on them and, in some measured, the vision that they had on themselves.

Key-words: Old republic – Working class – Uberlândia – Work.

Este artigo trata da formação da classe trabalhadora em Uberabinha (hoje Uberlândia/MG) durante a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre.

* Tradução: Maty Gueye.

Três razões principais o motivaram. A primeira delas é uma tentativa de valorizar as experiências de trabalhadores situados no interior do país oferecendo uma contribuição sobre a história da classe trabalhadora deste período que não seja apenas a história dos trabalhadores localizados nos centros urbanos de concentrada produção manufatureira e industrial. Geralmente os estudos sobre esse tema tomam como base empírica o operariado de São Paulo e terminam – mesmo sem ter a intenção – por transformar em nacionais as experiências acontecidas naquele, não sendo difícil encontrar exemplos de pesquisas que converteram a realidade do operariado paulistano num padrão brasileiro.¹

A segunda razão sugere olhar a classe trabalhadora para além – ou para além – das ideologias políticas que estiveram presentes em sua formação e que também mobilizaram amplamente o interesse das pesquisas centradas na formação da classe durante a virada do século XIX para o XX². Pressuponho que a classe nunca chegou a ser completamente anarquista, trabalhista, socialista, comunista ou cristã, mas que foi formada também a partir de outras práticas afora as militantes. Portanto, proponho realizar o caminho inverso e partir das práticas dos trabalhadores rumo à identificação das tradições, costumes e cultura que as orientaram.

Já a terceira razão é mais um exercício sobre o conceito de “classe” que tem inspirado as pesquisas mais recentes sobre os trabalhadores e a formação da classe no Brasil. No campo da História a referência teórica para discutir a classe trabalhadora – não somente na virada do século XIX para o XX – tem sido retirada de E.P. Thompson,³ embora a utilização desse referencial tenha encaminhado conclusões divergentes sobre o “fazer-se da classe”. O conhecimento produzido a partir desse conceito de classe é inegável, principalmente no que diz respeito às experiências dos trabalhadores escravos durante o século XIX. Neste caso, é notável o emprego do conceito “resistência” como atividade cotidiana dos escravos em circunstâncias determinadas pelo cativo, implicando a revelação de várias e heteronômicas noções de liberdade supostamente atribuídas aos escravos. Por esta perspectiva é que muitos historiadores avançaram pesquisas nas décadas de 1980 e 1990 evidenciando as estratégias dos escravos na luta pela liberdade e a construção de suas identidades como sujeitos sociais autônomos, estendendo-lhes a idéia de classe trabalhadora.⁴ Rejeitando a literatura que definiu a capacidade de resistência, de luta e de consciência política dos escravos como estando extremamente limitada pela própria condição do cativo⁵ essas pesquisas mapearam as formas de manifestação dos trabalhadores escravos chegando a lançar mão da noção de greve e demonstrando a profundidade da identidade atingida por eles.⁶ À luz desse panorama teórico esboçou-se de fato uma crítica sobre o conceito de classe e suas formas mais convencionais de expressão e organização, isto é, sindicatos (associações e ligas) e partidos. Tais

pesquisas captaram nas práticas dos trabalhadores escravos uma percepção aguçada da própria realidade que levava a um entendimento de que suas formas de resistência e de negociação expressavam outras estratégias distintas (e em algum sentido divergentes) da associação coletiva e da organização ideológica. De maneira diferente, esta historiografia passou a afirmar que os trabalhadores escravos frequentemente se mobilizavam para uma pauta cujo conteúdo era definido pelo desejo de não ser separado de sua família, pela “liberdade” de morar e viver sozinho, pela discordância com a intensidade dos castigos recebidos, enfim, por um mosaico de questões passíveis de uma negociação em contraposição à alternativa que era a fuga do cativeiro. Neste enfoque, a luta política do trabalhador escravo por esse tipo de liberdade ocorreria quase sempre no âmbito individual, mas amparada em complexas e intrincadas redes de relacionamentos, alianças e negociações entre os próprios escravos (principalmente em torno de questões étnicas trazidas da África), entre os senhores e entre os escravos e os senhores. O que mais se tornava claro neste tipo de abordagem é que qualquer experiência poderia ser tomada como estratégia de sobrevivência e, por conseguinte, resistência.

Este último aspecto parece confirmar que o conceito thompsiniano de “classe”, (e)levado às experiências dos trabalhadores escravos no Brasil do século XIX, carregou consigo as mesmas inconsistências identificadas pelos críticos marxistas do tempo da “New Left Review” quando indagavam sobre quais os critérios que selecionavam a(s) experiência(s) a ser valorizada na produção do conhecimento histórico. Tom Nairn, num artigo de 1964 que polemizou com “A Formação da Classe Operária Inglesa” publicada em 1963, apontava para esta inconsistência: “o problema da classe trabalhadora da Inglaterra não pode ser separado do crescimento da sociedade burguesa como um todo – isto é, é uma parte de um enigma bem mais extenso, e normalmente obscurecido, como tudo o mais, pelas ilusões liberais que os ingleses criaram em honra do seu passado”.⁷ Ao chamar a atenção para o fato de que as experiências dos trabalhadores podem ser desastrosas e reacionárias, Nairn tentou problematizar a experiência – conceito – como único critério da verdade. Porém, o que parece ter prevalecido neste debate foi a versão de E.P. Thompson que, após a publicação de “A miséria da teoria”⁸ no Brasil deixou a forte impressão de que a pesquisa histórica sobre Mundos do Trabalho prescinde de qualquer teoria para a compreensão da realidade social já que toda a possibilidade de conhecimento emana das experiências, percepções e visões de mundo dos próprios trabalhadores. Esta consubstanciação das experiências sociais na única História possível levou, por exemplo, Perry Anderson a questionar, mais explicitamente o que Tom Nairn havia feito quinze anos atrás, como é que “distinguímos, então, a experiência válida da que não é”,⁹

o que equivaleu a perguntar se toda a experiência, sendo princípio, meio e fim do conhecimento histórico seria válida também do ponto de vista político.¹⁰

Indicado o que talvez seja o determinismo presente no conceito thompsonian de “classe” um exercício sobre o conceito de “classe” pode orientar-se por outros critérios também referidos por Thompson quando este admite que a formação da classe é revelada, “em primeiro lugar, no crescimento da consciência da classe: a consciência de uma identidade de interesses entre (...) diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes”, pressupondo que tal identidade expresse a pretensão de mudar a formação social capitalista e, enquanto expressão desta mudança, carregue consigo o seu próprio devir, isto é, a possibilidade de transformar-se a si mesma e não o desejo de manter-se como está, ou seja, de conservar seu modo de vida, seus costumes, suas tradições, sua cultura. A formação da classe seria revelada também, “em segundo lugar, no crescimento das formas correspondentes de organização política e industrial”¹¹. O que pareceu ser a Thompson simples procedimentos de pesquisa, em realidade, têm força maior do que sua definição conceitual de classe à medida que deixa ao historiador como tarefa de ofício problematizar as experiências dos trabalhadores de maneira a não omitir a posição política destes no mundo em que viveram e, assim, expor à crítica as próprias experiências.

Portanto, esclarecidas as razões que motivaram este artigo e caminhando em direção à pesquisa, posicionei inicialmente os trabalhadores de Uberabinha em relação ao paradigma de que a classe é formada na sua experiência, em contato com instituições e outros grupos que opõem ou somam interesses aos seus e, principalmente, de que a classe se caracteriza essencialmente por buscar e construir algum tipo de organização política que expresse uma identidade comum, acima das diferenças raciais ou profissionais que foram comuns durante a Primeira República, isto é, em relação ao contexto histórico que tomamos para a análise.

No caso de Uberabinha proponho desenvolver esta idéia discutindo algumas experiências dos trabalhadores compreendidas nos 20 primeiros anos decorridos da abolição que foram possíveis de investigar. Julgo importante considerá-las a partir de dois elementos: (a) diferentes tradições e práticas dos trabalhadores; (b) tentativas de controle e de disciplina da classe dominante (por meio do Estado) sobre essa classe em constituição. Finalmente, sobre a periodização cabe a seguinte explicação. O primeiro extremo deste recorte histórico coincide com o final efetivo da escravidão praticada como regime de trabalho e, portanto, corresponde a uma data significativa para o mundo do trabalho no Brasil dado o fato de que não só a relação jurídica pela qual definia-se o trabalho fora alterada, mas também abria-se em Uberabinha uma forte possibilidade de tornar-se entreposto comercial e que demandaria uma força de trabalho também com potencial de

consumo (possibilidade que começara a concretizar-se já no final da década de 1890). O segundo extremo desta periodização é menos preciso e foi definido em função do aparecimento de uma consciência de classe de “parte” da classe trabalhadora que expressara publicamente em meados da década de 1910 a necessidade de todos os trabalhadores se organizarem numa Liga Operária.¹²

É possível visualizar a trajetória dos trabalhadores negros ex-escravos, libertos e descendentes em Uberabinha. A maioria dos trabalhadores negros vivia, desde pelo menos 1883, num “bairro” chamado Patrimônio. O lugar ficava afastado do núcleo populacional aproximadamente dois quilômetros. Dezesseis anos antes da abolição, Uberabinha (então Freguesia de Uberaba/MG) contava com 545 escravos frente a 3483 livres. Considerando que a transferência de escravos para outras regiões não foi tão grande como nas zonas de garimpo e computada a “perda” de escravos em função da lei do sexagenário (de eficácia duvidosa) e da mortalidade, o número de escravos às vésperas de 1888 não deve ter variado muito. Após a abolição, os que ficaram em Uberabinha empregaram-se principalmente nas charqueadas, no matadouro e em serviços de reforma urbana (estes últimos numa escala crescente), como o calçamento das ruas da cidade. Eram os serviços “mais duros” existentes à época, o que Luis do Carmo chamou recentemente de “funções de preto”.¹³ Neste contexto, o bairro Patrimônio constituiu-se também num espaço onde os negros podiam livremente estabelecer suas próprias sociabilidades já que, provavelmente, o “espaço dos brancos” para eles era vivenciado como “espaço” para o trabalho. Era no Patrimônio que os negros organizavam seu espaço de diversão (festas religiosas e costumeiramente escravas como o Congado). Sebastião Messias de Oliveira, nascido em Goiás no ano de 1918, que acompanhou o pai, a mãe e os irmãos para Uberabinha em 1921, dá conta de que na parte central da cidade só penetrava o “espaço do branco” para executar algum serviço:

“o preto, o preto era vedado, a não ser algum amigo que entrava pra prestar serviço, né. Eu mesmo como vendedor de pé-de-moleque na rua, tinha um acesso pra entrar lá quando era moleque. A dona Cobra me pegava e me levava lá dentro e eu vendia pé-de-moleque para as mulheres”.

Como disse, é possível falar de uma história desses trabalhadores negros. Acredito que isso se deve à força de uma identidade forjada numa experiência negativa do trabalho cativo que levava tais trabalhadores a se recolherem, depois da abolição, numa estratégia de auto-defesa. Esta atitude traduzia mais do que a definição de um território. Ela tendia a restituir para aqueles trabalhadores negros, nalguma medida, a autonomia sobre o trabalho e o tempo de trabalho, tornando difícil o exercício de algum tipo de controle da classe dominante sobre aquela força de trabalho ainda não

convertida ao trabalho “livre”. Do lado da classe dominante este parece ter se tornado um problema vital para a reprodução do capital que, depois de 1888, baseara-se largamente em relações sociais de produção assalariadas.

A rejeição ao trabalho, bem como determinada escassez de trabalhadores, fora denunciado na imprensa de Uberabinha em 1914 pelo jornal “O Progresso”, de inspiração republicana, pois era ligado ao Partido Republicano Municipal. Na matéria intitulada “Estas pretas!, o articulista ressentia-se pela forma pouco criteriosa com que os escravos tinham sido libertados.

“Estas pretas!

Fui um fervoroso adepto da liberdade dos pretos; folguei imensamente com a extinção dessa mancha negra que aviltava o meu amado Brasil; achei e acho ainda boa, justa, santa, a lei de 13 de Maio de 1888.

Entretanto sempre pensei que essa lei devia ter dado aos pretos uma liberdade com restrições; devia libertando-os, impor-lhes a obrigatoriedade do trabalho.

A falta dessa cláusula foi conveniente e prejudicial: trouxe, naquele tempo grandes prejuízos à lavoura e, ainda hoje ocasiona inconvenientes aos trabalhos domésticos, pois é raro encontrar-se um preto, ou uma preta, que seja assíduo no serviço, ou mesmo que se queira sujeitar a elle.

As sras. Morenas (chamal-as de pretas é uma grave offensa!) então são intoleráveis!

Querem andar muito bem vestidas, melhor ainda do que as patroas, serem tratadas com muitas atenções, não gostam de serviços grosseiros...

Vou contar-lhes um facto para provar o que digo:

Uma sra. tem uma lavadeira que lhe lava a roupa em determinados dias. Num destes a preta não procurou a roupa, a sra. mandou chamal-a

- Já vou! Respondeu ella.

Não foi. No dia seguinte a sra. manda de novo chamal-a

- Ora diga a sua mãe, pequena, que não vou, porque chego lá, custam a abrir a porta e fico me queimar no sol! E demais não gosto de carregar mala de roupa pela rua! Ella que mande trazer a roupa, que eu lavo.

Ah! Se eu fosse autoridade tiraria as cócegas a essas morenas entusiasmadas...

Tições!”.

De modo bem geral, esta era a visão predominante sobre os trabalhadores negros. Os jornais informam – desde pelo menos 1907 - inúmeras situações em

que os trabalhadores eram sempre acusados de comportamentos lascivos, displicentes, ociosos e pouco “respeitáveis” em relação à família uberabinhense. Contra tal realidade o Estado era chamado a intervir. A prisão dita “correcional” era comum na cidade e, sempre que possível, ganhava registro no jornal *A Tribuna*, por meio da coluna “Pela Polícia”. Estatística policial informava que, no ano de 1920, foram efetivadas 111 prisões do tipo correcional. Este número não era desprezível, dado que naquele ano o total de prisões atingiu 135 pessoas. Além disso, 10 pessoas tiveram “chamados de atenção”. A polícia exercia ainda outro tipo de controle sobre os trabalhadores, à medida que assumia a função de emitir atestados de conduta para muitos, viabilizando ou não algum trabalho. No mesmo ano de 1920, foram confeccionados 60 atestados.

As prisões correcionais abrangiam uma infinidade de comportamentos. José Caetano, vulgo José Bonito, pardo, 22 anos, foi trancafiado por se passar por agente de polícia. O português Braz Cazimiro Ferreira, de 55 anos de idade, foi “corrigido”, porque tentara conseguir água através de uma ligação clandestina que derivava do encanamento do matadouro municipal. Já o italiano Felipe havia disparado seu revólver a esmo na avenida João Pinheiro. Marina Ferreira, Luiza Augusta e Francisca Pereira terminaram na cadeia “por estarem embriagadas promovendo desordens”. Miguel Rosalino foi preso “por estar alcoolizado e promovendo desordens na Confeitaria Central, armado de punhal”. As “meretrizes Isabel Maria Conceição, vulgo Rola e Jovina Maria da Siva” também foram presas por “si agridirem mutuamente na pensão onde se acham hospedadas”. E “as decahidas Felicidade Maria dos Anjos e Rachel Ferreira por serem encontradas em luta corporal na Avenida Affonso Penna”. Enfim, entre as principais ações que mobilizavam o esforço policial “corretivo” estavam a vadiagem e o ócio, materializados em “bebedeira” ou “farra”.

Embora essas evidências sejam do final do decênio de 1910, é provável que este tenha sido o quadro mais geral que orientou o reclame do articulista de “O Progresso” no ano de 1914. De fato, parece que o fim da escravidão havia deixado muitos patrões sem dispositivos para obrigar os ex-escravos ao trabalho ou mesmo para controlar-lhes o tempo de trabalho. O registro feito naquele ano batia-se ainda sobre a questão da formação do trabalhador livre no Brasil pós-escravidão. Por mais complexa que fosse a manutenção do trabalho cativo na última metade do século XIX – em que o senhor de escravos não se apoiava permanentemente no uso da violência sendo obrigado eventualmente a negociar tal exploração –, não há como negar a prática contra os escravos de um trabalho extremamente degradado, principalmente no campo. Portanto, parte substancial das dificuldades de viabilização de uma mão-de-obra disposta “livremente” a dedicar-se ao trabalho empregado pelo capital consistia na resistência oposta

pelos trabalhadores em terem que submeter todo seu tempo ao controle de outro. E aqui estão incluídas também as experiências dos trabalhadores livres que viviam da posse da terra, como agregados ou mesmo como pequenos proprietários. Em que pese inclusive que tal resistência foi herdeira de tradições camponesas e até mesmo urbanas anteriores ao final da escravidão, o impacto desta mudança fora maior e mais sentido após 1888. Parece um tanto óbvio que, quando escreveu seu reclame, era sobre isto que nosso articulista estava pensando.

A opinião desse articulista, se não expressa uma defesa clara da positividade do trabalho, denuncia como negativo um comportamento dos trabalhadores ex-escravos. Além disso, ressentia-se da forma com que a liberdade fora definida e, por fim, reivindicava atitudes (acredito que do poder público) para vergar aqueles indóceis trabalhadores. Sua opinião não é isolada. Faz certo eco retardatário (e por isso muito interessante) do grande dilema da classe dominante do século XIX na eminência do fim da escravidão: como “preparar” os escravos para sua nova condição? E que “nova” condição seria esta?¹⁴ Aqui, o mais relevante talvez resida no fato de que é um eco retardatário e, por isso mesmo, bastante sintomático de uma questão que, aos olhos da classe dominante, ainda não havia se acomodado ao leito normal que lhe fora preparado. A escassez de mão-de-obra, muitas vezes reclamada nos jornais de Uberabinha, salientava uma preocupação mais detida acerca dos “tições”.

O reclame do articulista do jornal “O Progresso” de 1909 quanto à “libertação” dos escravos e não quanto à sua “diminuição” parece indicar que os trabalhadores negros possuíam algum tipo de autonomia e controle sobre seu tempo de trabalho. O articulista não se dizia divergente da “Lei Áurea”, mas reclamava a falta de algum mecanismo que impusesse a eles a obrigatoriedade do trabalho, lembrando:

“a falta dessa cláusula foi conveniente e prejudicial: trouxe, naquele tempo grandes prejuízos à lavoura e, ainda hoje ocasiona inconvenientes aos trabalhos domésticos, pois é raro encontrar-se um preto, ou uma preta, que seja assíduo no serviço, ou mesmo que se queira sujeitar a elle”.

A avaliação do articulista sobre os “grandes prejuízos à lavoura” causados pela abolição fazia coro, em boa medida, com o discurso de setores ruralistas do Brasil no primeiro decênio do século XX, revelando o quão desarmados estavam eles para, nas palavras de Sônia Mendonça, “redefinirem os parâmetros da absorção e generalização do novo – o trabalho livre –, nos moldes do único projeto de imigração em massa vitorioso: o da grande burguesia paulista”.¹⁵ Bem ao fundo, a questão era que, em alguma medida, o trabalhador liber-

to tornara-se um problema para a classe dominante. Ele não queria, por vontade própria, sujeitar-se às novas regras do trabalho. E, não havendo mais a prática oficial da coação física, a “obrigatoriedade do trabalho” requeria outros invólucros. Neste sentido, o reclame feito no jornal era também o reconhecimento da necessidade premente da classe dominante de inventar estratégias de enquadramento dos trabalhadores adequadas à modalidade de trabalho contratual. Antes, porém, de continuar este assunto e identificar quais foram algumas dessas estratégias, talvez seja conveniente descobrir onde se empregaram na cidade os ex-escravos após 1888.

O indício que tenho sobre a presença dos ex-escravos na cidade de Uberabinha, para além dos escassos números que já apresentei, é retrospectivo. Trabalhando com depoimentos de filhos e netos de ex-escravos de Uberabinha, Luiz do Carmo concluiu que, por volta de 1950 e 1960, consolidaram-se entre os trabalhadores negros ocupações específicas, que o autor intitulou de “funções de preto”. Tais funções constituíram-se basicamente da charqueada, da fabricação de banha (produção de carne e de derivados de carne suína), do calçamento das ruas, do beneficiamento de arroz, do curtume e dos transportes de mercadorias. E como fica claro no reclame de 1914 já citado, trabalhos domésticos. Dentre estas “funções”, destacavam-se, como atividades exercidas predominantemente por trabalhadores negros, a produção de charque, de banha e o calçamento das ruas, conforme salientou em um de seus depoimentos, o sr. Adão Rodrigues: “não tinha um branco sequer, esse era um serviço de nego ... era uma função de preto”. É difícil não imaginar uma conexão entre a realidade discutida por Luiz do Carmo nos anos 1950 e 1960 e a situação dos trabalhadores negros recém libertados ao longo do período entre 1890 e 1922. Ela sugere um tipo de segregação materializada, por exemplo, na constituição de um bairro formado exclusivamente por pessoas negras e que se caracterizaria principalmente por uma definição das “funções de preto”, referenciada nas difíceis condições de trabalho notadas nas experiências como a do sr. Adão. A natureza conflituosa daquela segregação não se desdobraria necessariamente em choques abertos, frontais e violentos entre negros e brancos, embora isto acontecesse mesmo que sob outras etiquetas, como a questão da honra, do ciúme e da valentia.¹⁶ Como percebeu Luiz do Carmo, o tipo de segregação desenvolvida em Uberabinha nas décadas de 1950 e 1960 podia ser vista também como uma opção dos trabalhadores negros contra contatos potencialmente violentos e desqualificadores com os brancos. Mantendo-se juntos, nas tais “funções de preto”, Luiz do Carmo sugere que aqueles trabalhadores sentiam-se de certo modo protegidos.

É neste contexto que se pode abordar o “Patrimônio” também como um espaço onde os pretos podiam livremente estabelecer suas próprias sociabilida-

des, já que provavelmente o “espaço dos brancos” para eles era somente “espaço” para o trabalho. A formação de um bairro só de trabalhadores negros, reconhecido assim por volta de 1894 (ou, de acordo com a visão de Sebastião Messias, “mais de 90% eram pretos”), pode ter sido uma estratégia de sobrevivência na sua nova condição de livres, experimentada em Uberabinha. Contudo, não me parece que a constituição desse bairro ficara isenta dos olhares e das ações da classe dominante. A própria instalação do Matadouro Municipal, também no ano de 1894, praticamente colado àquele bairro reclama que se pense noutra possibilidade que não a coincidência. Famílias de negros de outros municípios seriam atraídas pela possibilidade de trabalho no matadouro. Foi o caso, por exemplo, da família de Sebastião Messias de Oliveira que teve sua primeira morada no “fundinho” (parte central de Uberabinha), mas logo ganhou o caminho do “Patrimônio”.¹⁷

É preciso, pois, pensar a questão da segregação dos trabalhadores negros em Uberabinha, menos como conceito e mais como uma parte importante do processo histórico de definição das relações sociais naquele momento. Assim, na análise da segregação apontada por Luiz do Carmo (deslizada aqui para o período de 1888 a 1922), há que se considerar pelo menos duas perspectivas constitutivas desse processo: uma delas, conforme tentei discutir, pode ser conhecida como um mecanismo de proteção e defesa desenvolvido pelos próprios trabalhadores negros. A outra seria determinada pelos interesses da classe dominante de redefinir o espaço urbano.

Além da mão-de-obra escrava recém libertada, existiam trabalhadores brancos. Eram, na sua maioria, famílias de agregados que lidavam nas roças de arroz, milho, algodão e cana. Mas não era uma mão-de-obra suficiente para as atividades econômicas havidas em Uberabinha depois do fim da escravidão, problema que a Câmara de Uberabinha tentou resolver financiando a vinda de imigrantes para o trabalho na lavoura. Pelo menos no ano de 1894, figurou no planejamento daquela Câmara um esforço para a imigração de trabalhadores destinados principalmente à lavoura (suponho que eram na sua maioria italianos, devido à formação de uma colônia daquela nacionalidade em Uberabinha por volta do mesmo período).

Na previsão orçamentária para o ano de 1895, no parágrafo 13º do artigo 1º, previu-se o gasto de 10:000\$000 (dez contos de réis) “com o serviço de imigração de trabalhadores para a lavoura e serviço doméstico”. É difícil avaliar o peso que tiveram esses trabalhadores imigrantes na composição da classe trabalhadora de Uberabinha a partir de 1888. Os dados referentes ao recenseamento feito em 1920 não descrevem as ocupações, embora forneçam uma informação preciosa sobre o número de estrangeiros no município de Uberabinha. Naquele ano, de uma população aproximada de 22.956 pessoas, havia 840 estrangeiros, cerca de 3,6%. Os italianos eram a maioria entre os estrangeiros. Estavam pre-

sentes no campo como agregados ou mesmo como pequenos proprietários, como no caso da família de Natali Candelore. Descrito em 1912 como “um boníssimo velho de setenta e tantos annos, chefe de numerosa familia, todos lavradores e residentes no município”. Com o peso da idade, abandonou o campo e “veio para a cidade com a mulher e abriu uma vendinha, de que ia tirando os meios de subsistência”. Na cidade os italianos formaram uma colônia. Eram, na descrição do memorialista Roberto Capri, “profissionaes, industriaes e negociantes”¹⁸. Os “profissionaes”, quase todos ligados à construção civil (pedreiros, carpinteiros e pintores) chegaram a criar em 16 de abril de 1911 uma associação de classe chamada de “Liga Operária de Uberabinha”. No início, parece que havia um número razoável de operários interessados nessa liga. Numa das reuniões preparatórias à criação da associação, o jornal registrou a presença de aproximadamente “sessenta e muitas pessoas”. Mas cabe indagar sobre os objetivos da liga.

O 1º artigo do Estatuto da Liga, ao tentar uma caracterização de seus filiados, traz de maneira implícita talvez uns dos principais dilemas vividos pelos trabalhadores no Brasil daqueles tempos, fossem eles italianos ou trabalhadores negros egressos da escravidão: “A liga operaria de Uberabinha, fundada em 16 de Abril de 1911, por iniciativa de um grupo de operarios, compõe-se de um numero illimitado de socios, e d’ella poderão fazer parte, operario de qualquer classe sem distinção de côr ou nacionalidade”. No 4º dos 8 itens que estabeleciam, no 2º artigo, as funções e os objetivos da liga, a questão da nacionalidade era retomada novamente, deixando transparecer que era comum algum tipo de rivalidade entre os trabalhadores brancos, os trabalhadores estrangeiros e os trabalhadores negros: “Despertar o sentimento de solidariedade para com os operários de todas classes, e combater divergência de nacionalidade ou raça”.

Há então pelo menos dois recortes fundamentais que atravessavam a composição dos trabalhadores de Uberabinha filiados à Liga dos Operários que, diga-se de passagem, era formada basicamente por trabalhadores vinculados à construção civil: tais recortes eram o de nacionalidade e o de cor. Em decorrência desses recortes, é possível perceber uma hierarquização entre os trabalhadores em relação aos trabalhos e ofícios. As atividades mais qualificadas pareciam estar ligadas diretamente à construção civil e eram executadas pelos trabalhadores brancos, havendo ali alguma divergência entre os nacionais e os estrangeiros. Alguns desses últimos saíam da condição de trabalhadores, como foi o caso do pintor Cypriano Del Fávero, que se tornou, nos cinco anos seguintes ao de 1909, um empreiteiro construtor, acumulando alguma fortuna a partir dali. A maioria, no entanto, morreria incógnita, não fossem eventualmente as tragédias como a que acometeu o sr. Natali Candelore.

Outros italianos chegaram em Uberabinha por conta própria, desde a década de 1880, sem os recursos públicos municipais que tentaram financiar a mão-

de-obra estrangeira. Alguns poucos trouxeram certo capital e se arriscaram no comércio de secos e molhados, como foi o caso de Francisco Gambardella, José Caparelli, Giacomo Vanni e Ettore Salvatori. Havia os que investiram noutros negócios, como o padeiro Henrique Petri, a charqueada de propriedade de Giocondo e Morelli, a tinturaria de Ângelo Petri e a sorveteria de Othelo Del Favero. E havia ainda italianos artesãos ou que dominavam alguma habilidade específica como o sapateiro João Buccironi, o fotógrafo Ângelo Naghettini e o marceneiro Américo Zardo. Simbolizando o pretendido “sucesso” da trajetória italiana em Uberabinha estava Ângelo Zoccoli, exaltado no livro do memorialista Roberto Capri como “rico proprietário, industrial e agricultor”. Percebi ainda a presença de Sírios, espanhóis e portugueses de recente leva, mas sem poder-lhes traçar um quadro das ocupações, conforme tentei em relação aos italianos. Mesmo sobre os italianos, as conclusões são de difícil feita. A liga dos operários, por exemplo, que foi marcada na sua origem pela presença de Cypriano Del Fávero, teve em seus quadros da primeira diretoria apenas o italiano Ettore Salvatore. Enfim, mesmo depois de evidenciar uma forte presença italiana na cidade e no campo, e de encontrar a maioria deles na condição de trabalhadores, ainda é difícil identificar exatamente que tipo de legado político trouxeram consigo de além-mar e, o que é principal, como suas tradições sobreviveram ou foram alteradas na composição dos mundos do trabalho em Uberabinha.

Sobre isso, uma nota rápida e provisória adverte que não havia homogeneidade nem social e nem política entre os italianos que vieram para o Brasil a partir das décadas de 1870 e 1880. Numa observação marginal, Boris Fausto afirma que os italianos vieram em maior número da parte norte, especialmente da região do Vêneto, onde, desde 1870, a unificação nacional combinava-se com certa industrialização. Mas vieram também do sul, principalmente da Calábria, onde o trabalho com a terra era a regra.¹⁹ Meu bisavô, por exemplo, que chegou nos idos de 1895, era camponês. De qualquer maneira, se advinham de tradições ligadas à indústria ou à lavoura, certo é que contavam com alguma experiência de organização de classe em suas bagagens. Nesta direção, é Hobsbawm quem nos adverte em nota marginal sobre a existência de uma forte organização do campesinato nas décadas de 1890 e 1900 na Itália, que dotaria famílias camponesas de alguma experiência de luta sindical.²⁰

Isto nos leva, pelo menos, a dois lugares. Primeiramente, pode-se pensar esses trabalhadores italianos a partir de fortes tradições camponesas, em que o trabalho era familiar e realizado no âmbito de pequenos mercados locais, onde os produtos eram vendidos ou trocados de acordo com demandas específicas. Praticariam uma agricultura de subsistência em que o excedente seria comercializado nas feiras locais.²¹ Cuidariam por si mesmos tanto da produção quanto da comercialização de

seus produtos. Referenciados nesta tradição, não parece incomum que italianos de origem camponesa iniciassem no Brasil algum tipo de comércio. Enfim, é possível conceber essa tradição como uma das fontes inspiradoras para os italianos que se converteram em comerciantes, como também é possível pensar que aqueles italianos estiveram mais para a composição de uma pequena burguesia comercial do que para uma classe economicamente expropriada de seus meios de produção.

Na outra ponta deste fio, a tradição – embora mais recente – de organização sindical, existente tanto na cidade quanto no campo, qualificaria os italianos para uma vida em que o trabalho assalariado, por jornada trabalhada, não fosse algo estranho. Pode-se pensar os italianos constituídos em Uberabinha como trabalhadores deserdados e oriundos de uma classe cujo passado recente fora marcado pela experiência do trabalho assalariado. Mas não é de todo descartável que o reclame do jornal, dirigido contra os “tições”, possa ser estendido aos trabalhadores em geral, como uma avaliação sobre a necessidade da classe dominante de contar com trabalhadores “dispostos” a serem explorados, isto é, disciplinados segundo as demandas do capital instalado na cidade. As evidências mais fortes sobre essa questão podem ser encontradas no Código de Postura de 1903,²² onde encontram-se formulados alguns artigos cuja intenção visava disciplinar e controlar o mercado de trabalho. No título V, por exemplo, dirigido à questão da “indústria em geral”, a preocupação inicial apontava para a necessidade de identificar e educar a mão-de-obra em Uberabinha. No capítulo 1, tentava-se definir o “serviço doméstico, pastoril e agrícola” ali existente. No artigo de nº 150, o primeiro daquele capítulo, os vereadores procuraram determinar que

“todas as pessoas que se destinarem ao serviço doméstico, no município, ou ao serviço pastoril e agrícola, mediante contrato verbal ou escripto com agregação dos patrões, são obrigados a matricular-se nesta câmara que, para esse fim, terá um livro próprio e especial”.

Chamando para si a responsabilidade sobre o controle dos trabalhadores, a Câmara municipal estipulava que somente poderiam ser contratados aqueles que portassem tal matrícula. O empregador que contrariasse esta postura seria multado em 50\$ (50 réis). Este tipo de preocupação demonstrada pelos vereadores e que tendia a classificar os comportamentos dos trabalhadores em lícitos e ilícitos, visando a torná-los trabalhadores completamente expropriados, coincidia com a legislação mais geral da época, inscrita no Código Penal de 1890. Passada apenas uma década desde a abolição, a grande massa de libertos em todo Brasil ocupava a mente dos legisladores como um problema a ser resolvido, sob o risco de contaminar o tecido social caso, a noção positiva de trabalho não conseguisse

se impor por inteiro. Como observou Marcelo Badaró, o Código Penal de 1890 seria a expressão de seu tempo e, portanto, ressonância organizada da preocupação da classe dominante com o estabelecimento de “padrões de comportamento social tidos como regulares através do trabalho”.²³ De forma geral, o Código de 1890 mirava os comportamentos opostos à noção de trabalho pretendida pela classe dominante e os denominava como característicos da vadiagem. De uma forma mais específica, porém, em Uberabinha, era a vadiagem negra que mais incomodava a ordem e mobilizava as penas dos legisladores. Neste sentido, a opinião do autor uberabinhense de “Estas Pretas!” expressava uma posição de classe que era bastante consensual na época. Ao mesmo tempo em que as classes dominantes “folgavam” com a decisão do 13 de maio, pensavam que tal “lei devia ter dado aos pretos uma liberdade com restrições; devia libertando-os, impor-lhes a obrigatoriedade do trabalho”.

Os Códigos de Posturas Municipais de 1903 e de 1913 expunham também partes exclusivamente destinadas à eliminação de modos de viver dos trabalhadores que fossem autônomos. O esforço legislativo objetivava separar o trabalho do não-trabalho, entendendo este último como um leque de comportamentos em que os trabalhadores usavam seu tempo livremente. Ao tentar restringir a caça, a criação de animais domésticos e a livre venda de carnes verdes por meio dos códigos de posturas, agia-se para expropriar os recursos utilizados pelos trabalhadores para sua sobrevivência, forçando-os, de alguma forma, a se venderem como força de trabalho nas condições ofertadas pelos fazendeiros, industriais e comerciantes. Tratava-se de enquadrar os comportamentos dos trabalhadores e efetivamente de desenvolver o máximo de controle sobre todo o tempo do trabalhador. Em função deste objetivo era que os vereadores legislavam contra alguns modos de vida dos trabalhadores.

No título IV, “Polícia e Segurança Pública”, o primeiro capítulo intitulado “jogos e outros artifícios prejudiciais” revela uma preocupação com o tempo dos trabalhadores gasto em jogos. No artigo 99, eram considerados ilícitos categoricamente 10 jogos: “o lasquiner, a estrada de ferro, o trinta e um, o vinte e um, a roleta, primeira, pacau, búzio, pinta, vermelhinha e outros reconhecidamente como taes”. Os jogos classificados como lícitos eram “jogos de cálculo e verdadeiramente carteados como: voltarete, Boston, solo, manilha, xadrez, dominó, gamão, damas”. Embora seja difícil identificar exatamente a natureza de cada um desses jogos no artigo 97, a distinção entre os lícitos e os ilícitos ficava por conta da prática ou não de apostas, isto é, de “auferir dos jogadores qualquer interesse”. E, quando algum dos jogos lícitos eram praticados acompanhados de dinheiro, como no caso do “voltarete”, é bom lembrar que se tratava de um jogo típico das classes abastadas.

Tomados como “artifícios prejudiciais” pela Câmara de vereadores, pode-se inferir que os jogos ilícitos tinham outro significado para seus praticantes. Eram enca-

rados pelos trabalhadores como uma forma de extrair o sustento do dia a dia, à medida que concretamente muitos sobreviviam da renda obtida nos jogos. Nesta direção, o artigo 101 mostrava-se mais explícito como tentativa de controlar os trabalhadores que sobrevivessem do jogo ou mesmo que apelassem para tal prática eventualmente. Sem disfarce tal artigo criminalizava qualquer tipo de rifa ou de loteria populares, proibindo-se “as chamadas ACÇÕES ENTRE AMIGOS, a venda de animaes, gêneros ou qualquer objecto por meio de extracção de número de víspora, com ou sem cartão”. Não é preciso repisar mais o assunto para concluir que estas iniciativas consistiam em recursos importantes para os trabalhadores.

Todavia, os jogos ditos ilícitos não figuravam sozinhos no cadafalso onde a classe dominante expunha algumas práticas da classe trabalhadora para execução. A tentativa de caracterizar os comportamentos dos trabalhadores pelas chancelas da “vadiagem” e da “ociosidade” implicava um combate, às vezes, sem tréguas e que esbarrava numa resistência renitente, enraizada no viver dos trabalhadores. Os códigos de posturas já examinados são desenhos desse combate e descrevem onde se localizavam os alvos. Sua necessidade ditada pela perspectiva da classe dominante sinalizava fortemente para a densidade dos comportamentos dos trabalhadores, alertando para a mínima ou quase nenhuma permeabilidade destes. Numa palavra, parece que se tratava, por parte da classe dominante, de reformar as práticas dos trabalhadores, inscrevendo no seu cotidiano outras referências, outros comportamentos, outras rotinas. Em favor disso, o jornal “O Progresso” de 24/05/1908 solicitava ao delegado de polícia que separasse os “falsos” mendigos dos prováveis embusteiros, por meio de ação que efetivasse a “proibição de mendicidade a indivíduos validos e sadios que por ahi andam a explorar a caridade pública, sem outra razão, alem da ociosidade a que se acostumaram”. Ao final do reclame desse jornal tornava-se claro o objetivo de tal ação: que se “obrigue os demais a procurarem occupação”.

Parece não haver dúvida de que os Códigos de Posturas municipais – entendido como ação da classe dominante – representavam substancialmente uma legislação que tomava todos os trabalhadores (negros, brancos e estrangeiros) como classe. O que resta indagar é se esses trabalhadores se viam como classe.

Tentando uma síntese, pode-se dizer que no plano mais geral da reorganização do trabalho no Brasil recaia sobre os trabalhadores negros a preocupação da classe dominante de torná-los aptos ao trabalho livre. Entretanto, pelo lado dos trabalhadores negros o sentimento de aversão ao trabalho era ainda bem forte no final da década de 1920, o que os fazia resistir à rotina do trabalho pretendida pela classe dominante – à exemplo das pretas que ocuparam a atenção de nosso injuriado articulista. Este fato certamente ajudou a construir uma

imagem do trabalhador negro associada ao ócio, à vadiagem e à inaptidão ao trabalho. Deste modo, parece que bem cedo consolidou-se algo parecido como uma “especialização” do trabalhador negro para ocupações menos nobres e mais fáceis de serem preenchidas, o que foi chamado por Luiz do Carmo como “funções de preto”. Além disso, esses trabalhadores não contavam com habilidades específicas que lhes permitissem executar atividades mais valorizadas no mercado como, por exemplo, a construção civil. Com efeito, da combinação complexa desses fatores as atividades mais apropriadas para a maioria dos trabalhadores negros seriam aquelas cuja qualificação fosse, em tese, mínima. Trabalhariam no matadouro municipal, nas charqueadas, nos curtumes, nos calçamentos das ruas, nos serviços domésticos dos lares ricos e nas atividades de transporte de mercadorias. Esta situação seria em parte imposta pela classe dominante e em parte aceita como forma de não se submeterem ao trabalho sob uma condição de completa subordinação. Na redefinição de seu estatuto jurídico nas relações sociais de produção, os ex-escravos preferiam permanecer temporariamente desempregados, demonstrando algum tipo de desconfiança face à reorganização do mercado de trabalho no Brasil. Até a década de 1920, tendiam mais a produzir uma identidade baseada na experiência comum da escravidão e soldada por práticas coletivas que fundavam algum tipo de sociabilidade sob o signo da negação do cativo (como a Congada, por exemplo) do que algum tipo de identidade de classe ancorada na exploração comum do trabalho.

No caso da Liga Operária, embora em seus estatutos estivesse presente uma noção de “classe” – no singular – que reafirmava a diferença dos ofícios, separando formalmente os trabalhadores em “classes” – no plural – (talvez distinguindo centralmente o trabalhador braçal desqualificado do trabalhador artesanal qualificado, que se organizava nas corporações até sua proibição pela Constituição de 1824), havia o esforço de congregar todos os trabalhadores na Liga, “sem distinção de cor ou de nacionalidade”. Porém, este esforço não parece não ter traduzido uma vontade comum dos trabalhadores, mas uma consciência de uma parte da classe que se formava. Disso tem-se como certo, pois uma parcela significativa dos trabalhadores negros que viviam no bairro do Patrimônio não se aproximou da Liga, embora seja de difícil definição precisar se isto se deu por algum tipo de resistência dos trabalhadores brancos e estrangeiros, ou se foi mesmo devido aos próprios negros que preferiam não se misturar. Além do mais, a Liga Operária de 1911 parece ter tido vida curta. Publicados seus estatutos no jornal “O Progresso”, não houve mais menção à Liga. A única vez que o mesmo jornal a citou foi para anunciar sua criação. Há indícios de que em alguma medida as experiências de trabalhadores imigrantes e escravos encontraram um denominador comum na pobreza, conforme reve-

lou o preto Sebastião Messias quando falou, em depoimento produzido no ano de 1990, na constituição de “clubes de preto” – salões de dança freqüentados só por pretos – onde “brancos pobres” também eram assíduos dos bailes lá organizados. Perguntado sobre quem ia àquelas festas, ele responde que ia

“quarquer um. Alguns eram até acostumados a ir dançar, a ir dançar lá. O branco entrava. Porque o branco pobre também, coisa e tal, também, ele também no fundo, no fundo era marginalizado. (risos). Branco pobre, sem cultura e coisa, no fundo ele é muito marginalizado, ele também não tem acesso às, às grandes coisas também. (risos)”.²⁴

Mas este depoimento frutificou-se noutro contexto distante em pelo menos 70 anos do período aqui estudado. Ele diz respeito a uma memória que se beneficiou de outra consciência de classe construída após intenso processo de proletarianização da maioria da população brasileira. É uma lembrança de outro tempo e de outra experiência que não pode ser facilmente deslizada para o início do século XX. Assim, o mais correto é concluir que as “classes” trabalhadoras de Uberabinha mantiveram-se separadas no âmbito da organização sindical ou proto-sindical, mesmo que eventualmente pudessem convergir contra as tentativas de desmonte de seus modos de vida por parte da Câmara.

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ Esta postura generalizou-se principalmente a partir das pesquisas e publicações produzidas pelo CESIT (Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho da USP) ao longo das décadas de 1950 e 1960. A título de exemplo podemos citar Luiz Pereira quando explicava a proveniência da maioria dos dados que deram suporte empírico ao livro *Trabalho desenvolvimento no Brasil*, publicado em 1965: “mais de 400 entrevistas com operários trabalhando em 9 empresas industriais da cidade de São Paulo”. Cf. PEREIRA, Luiz. *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel, 1965, p.25.

² Esta abordagem pode ser encontrada desde a década de 1970. Um exemplo típico é o trabalho de Boris Fausto, publicado em 1977, que, apesar de ressalvas iniciais para não realizar uma história determinada apenas pelas influências das minorias militantes, organiza um capítulo inteiro sobre elas iniciado assim: “dos fins do século XIX até o início dos anos vinte, três correntes em grau variável tiveram influência no movimento operário: o anarquismo, o socialismo reformista e o trabalhismo”. Cf. FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. 4ª ed., São Paulo, Difel, 1986, p.41.

³ Fala-se de classe “quando alguns homens, como resultado de experiências comuns – herdadas ou partilhadas –, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem – e geralmente se opõem – dos seus”. In THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*, v.I, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p.10.

⁴ Embora os trabalhos mais divulgados sobre esta vertente historiográfica sejam os de Sidney Chalhoub (ver, principalmente, *Visões de Liberdade*. São Paulo, Cia das Letras, 1990), a versão que inaugura a capacidade de resistência do negro escravo vista como “negociação” pode ser encontrada em REIS, J.J. e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

⁵ É representativo desta corrente CARDOSO, F.H.. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

⁶ REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia, In *Revista USP*, USP, V.18, pp.6-29, 1993.

⁷ NAIRN, Tom. A classe trabalhadora inglesa, In BLACKBURN, Robin (org.). *Ideologia na Ciência Social*. pp.171-189, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p.172.

⁸ THOMPSON, E.P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

⁹ ANDERSON, Perry. *Teoria, Política e História*. Um debate com E.P. Thompson. Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1985, p.30.

¹⁰ Além dos livros de Anderson e de Thompson já citados parte importante deste debate pode ser recuperada em: HOBBSAWM, E.J.. *O Fazer-se da classe operária inglesa*, In *Os Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; THOMPSON, E.P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas, Edunicamp, 2001; NAIRN, Tom. A classe trabalhadora inglesa, In BLACKBURN, Robin (org.). *Ideologia na Ciência Social*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, pp.171-189.

¹¹ Idem, volume 2, p.17.

¹² BOSI, Antônio P. Estatutos da Liga Operária de Uberabinha – Minas Gerais (1911). In *História em Revista*. Volume 8, pp.183-198, Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, dezembro de 2002.

¹³ CARMO, Luis Carlos do. *Função de Preto: trabalho e cultura de trabalhadores negros em Uberlândia*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC/SP, 2000.

¹⁴ Para uma visão bastante clara (e também polêmica) sobre a complexidade desta questão, ver PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos e Escravidão no Brasil do século XIX*. Campinas, Edunicamp/Cecult, 2001.

¹⁵ MENDONÇA, Sônia R. O ruralismo brasileiro na Primeira República: um debate de idéias, In *À Margem*. *Revista de Ciências Humanas*, Ano I, nº01, pp.25-40, Niterói, Janeiro/1993, p.29.

¹⁶ GARCIA, Renísia C.. *Honra, sobrevivência e valentia - um estudo sobre trabalhadores e populações pobres uberlandenses envolvidos em processos criminais (1922 a 1937)*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, São Paulo, PUC/SP, 1997.

¹⁷ No espaço deste artigo não é possível descrever ou discutir as implicações sociais da definição do espaço urbano em Uberabinha. Portanto, para uma visão mais sólida, ampla e detalhada consultar BOSI, Antônio P. *Reforma Urbana e Luta de Classes*. Uberabinha/MG. São Paulo, Xamã editora, 2004.

¹⁸ CAPRI, Roberto. *O município de Uberabinha – Minas*, São Paulo, Capri, Andrade & C. editores, 1916, p.46.

¹⁹ Hobsbawm alega que italianos vinculados a atividades no campo começaram a emigrar devido à ineficácia da política italiana de protecionismo agrícola levada a cabo no período de 1880 e 1914. Ver HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p.69.

²⁰ Hobsbawm aponta a extrema dificuldade de organização e mobilização do proletariado agrícola na Europa ocidental, apesar de inúmeros esforços revolucionários das próprias classes operárias. A exceção ficava por conta da Itália, "onde a Federação dos Trabalhadores da Terra era, de longe, o maior sindicato, aquele que lançou as bases para a posterior influência comunista, na Itália central e em partes do sul do país". Ver HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios*, op. cit., p.179.

²¹ Ver HOBBSAWM, Eric J. *Os camponeses e a política*, In *Pessoas Extraordinárias. Resistência, rebeldia e jazz*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998; HOSBAWM, Eric J. *Os Bandidos*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1976; e HOSBAWM, Eric J. *Rebeldes Primitivos*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

²² Código de Posturas Municipais de 1913, In *Estatutos e Leis da Camara Municipal de São Pedro de Uberabinha*, Uberaba, Typ. "Livreria Século XX" de Arédio de Souza, 1903, Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

²³ MATTOS, Marcelo B. *Vadios, jogadores, mendigos e bêbados na cidade do Rio de Janeiro do início do século*. Dissertação de Mestrado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1991, p.40.

²⁴ Depoimento de Sebastião Messias de Oliveira, In *Projetos Depoimentos*. Secretaria Municipal de Cultura, Divisão de Patrimônio Histórico, Arquivo Público Municipal, Seção de Documentação, p.19.